

NUANCES DA DISCRIMINAÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

ELIANA LARA – Colégio Estadual Padre Carlos Zelesny
LUIZ FERNANDO LARA – Universidade Estadual do Centro-Oeste

RESUMO: O presente artigo trata do relato de uma pesquisa sobre discriminação no cotidiano de um Colégio Estadual da Cidade de Ponta Grossa no Estado do Paraná. Como base teórica central, são utilizadas as teorias de Erving Goffman sobre estigmas e interações sociais, as quais possibilitam entender como a discriminação é criada, perpetuada e consolidada. A metodologia com que se trabalha é de cunho qualitativo, utilizando-se como instrumento para coleta de dados a análise documental. Os dados foram coletados em março de 2014. Com base no período de janeiro de 2012 a março de 2014, é possível dizer que o processo de estigmatização e discriminação que ocorre nas escolas entre os jovens reflete a sociedade na qual estão inseridos, considerando-se que a escola é uma instituição social presente em uma determinada comunidade, em um contexto social e histórico. Contudo, essas práticas entre os jovens guardam nuances de maior impacto em razão de que estes ainda não têm a experiência de vida necessária para desenvolver comportamentos sociais que lhes possibilitem conviver com a diferença, sem apontá-la e sem insurgirem-se, às vezes, com violência.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade e diferença; Discriminação; Educação; Jovens.

NUANCES OF DISCRIMINATION IN A PUBLIC SCHOOL IN THE STATE OF PARANÁ

ABSTRACT: This paper deals with the report of a survey on discrimination in daily life of a Public School in Ponta Grossa City, Paraná State. As a central theoretical foundation, Erving Goffman's theories on stigma and social interactions which enable understanding on how discrimination is created, perpetuated and consolidated are used. The methodology chosen is one of a qualitative approach, using documental analysis as instruments for data collection. Data were collected in March 2014, based on the period from January 2012 to March 2014, it is possible to infer that the process of stigmatization and discrimination that occurs at schools among young people reflect the society in which they live, considering that the school is a social institution in a particular community in a social and historical context. However, these practices among the young ones keep nuances of a great impact once they do not have necessary life experience yet to develop social behaviors that enable them to live with differences without pointing it and rebelling, sometimes with violence.

KEYWORDS: Diversity and difference; Discrimination; Education; Young.

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa a respeito dos processos de discriminação vivenciados cotidianamente em um colégio de educação básica da rede estadual de ensino, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Apesar de se ter buscado, no fazer didático e pedagógico dessa escola, trabalhar sob os auspícios de uma educação voltada para a diversidade e diferença, presentes não somente no âmbito escolar, mas também na sociedade, o que se tem verificado, ainda, são ações de discriminação entre os alunos em razão da obesidade, da orientação sexual, da raça e etnia, da religião que professam, do direcionamento tribal que assumem (emos, metaleiros, punks, etc.), da deficiência física ou intelectual.

Na verdade, entre os jovens da educação básica, qualquer coisa que *ressalte* um indivíduo em relação aos demais (que passe a ser considerado anormal ou fora do contexto) é motivo para discriminação.

Diante do contexto de discriminação contra o diverso e o diferente em que se vive nas escolas, como especifica Carrara (2009), trabalhar ao mesmo tempo problemáticas de gênero, diversidade sexual, relações étnico-raciais, implica em abordar conjuntamente a misoginia, a homofobia e o racismo, além de ser uma proposta ousada, é oportuna e necessária.

Torna-se extremamente desafiadora, porém, quando se amplia o leque da diversidade e da diferença para nele incluir questões como obesidade, classe social, condição física e intelectual, além da opção religiosa. Importante compreender que o espaço pluricultural e diversificado da escola apresenta nuances variadas que permitem o retrato da sociedade em que está inserida. Portanto, no espaço escolar se reproduzem as práticas sociais da qual ela faz parte.

Considerando as formas de discriminação apontadas pela literatura (gênero, raça e etnia, orientação sexual, classe social, obesidade, condição física e intelectual, opção religiosa, etc.), buscou-se identificar: **como se desenvolve o processo de discriminação entre os alunos no cotidiano da escola estudada?**

Como metodologia de pesquisa, de acordo com os procedimentos utilizados, optou-se pela pesquisa documental, para a qual Gil (2002) propõe que o pesquisador se utilize de materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que poderão ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa.

Dessa forma, os documentos utilizados e analisados no presente trabalho se referem às ocorrências com alunos (vítimas e agressores) registrados no livro de atas, de ocorrências da escola, ou nas fichas dos alunos. Tais depoimentos se referem ao período de janeiro de 2012 a março de 2014. De maneira alguma os alunos foram identificados, mantendo-se o sigilo das informações.

Visando facilitar o entendimento do leitor, este artigo está dividido em quatro itens além desta introdução: o item 2, que apresenta o embasamento teórico sobre a questão da diversidade e da diferença na educação básica, estigma, preconceito, discriminação e estereótipo; o item 3, que se refere à análise dos depoimentos e o item 4, que traz a conclusão.

EMBASAMENTO TEÓRICO

DIVERSIDADE E DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Presentemente o tema diversidade nas escolas tem se tornando recorrente quando se fala em educação básica. Contudo, o que vem a ser diversidade e o que vem a ser diferença?

Abramowicz (2006) compreende que a diversidade tem um caráter de variedade e que diferença indica multiplicidade. “A diferença é qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança” (ABRAMOWICZ, 2006, p.12).

Com relação à inserção dessa temática na educação básica, Dutra (2005) coloca que a partir da universalização desse tipo de educação na América Latina, com a consequente expansão das redes públicas de ensino, a formação docente para a inclusão social de todos passou a se constituir em um dos maiores desafios daqueles que pensam a educação. A formação docente voltada para a inclusão passou a ser uma das estratégias para se possibilitar a aceitação do diferente em um ambiente diverso, o da escola.

No Brasil, o primeiro passo para uma educação visando reconhecer a diversidade e a diferença foi dado com a Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, a qual alterou o Artigo 26 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que se transformou em

Artigo 26-A, inserindo a obrigatoriedade do ensino sobre a história e a cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares de todo o país.

Em 2006, fruto do debate com a sociedade civil organizada, bem como do direcionamento internacional na questão dos direitos humanos e da educação, foi lançado no Brasil o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), complementar ao Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH2) de 2002, cuja primeira edição ocorreu em 1996 (PNDH1) e a terceira em 2009 (PNDH3) por meio do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto Federal nº 7.177, de 12 de maio de 2010.

O PNEDH visa, ainda, incrementar ações complementares também à LDB no que tange aos direitos humanos referente à educação, mais precisamente com relação à garantia e ao resguardo legal dos seus direitos à diversidade e diferença quanto a uma educação para todos.

Dentro dessa linha dos direitos humanos, diversidade e diferença, mais tarde, a Lei Federal nº 11.645/2008 alterou a redação do art. 26-A para incluir no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, ou seja, adicionou a necessidade de se conhecer a história e a cultura indígena dos povos que serviram de base para a cultura e civilização brasileira, altamente discriminada ao longo da nossa história.

Também a Lei Federal nº 12.061/2009 modificou o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da LDB para assegurar o acesso de todos os interessados ao Ensino Médio público. Aqui ficava evidente a preocupação para que todos, independentemente de sua condição social, de gênero, raça e etnia, religião, etc., tenham acesso à educação pertinente ao ensino médio garantido pelo Estado.

Mais recentemente, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCNEs) de 2013, que “[...] estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras” (DCNEs, 2013, p.4), contemplam uma educação para a diversidade e diferença em vários dos seus temas, principalmente naquele que se refere aos Direitos Humanos.

A inserção dessa temática na educação é, portanto, bastante recente. Muito deverá ser realizado para que se efetive nas práticas educacionais e no cotidiano escolar a disseminação de uma educação voltada para a diversidade e a diferença, considerando que o tema há pouco tempo passou a ser efetivamente considerado, quando despertou a necessidade de medidas educacionais afirmativas.

Sua necessidade se faz notar no cotidiano escolar onde ainda se vive às voltas com as constantes discriminações entre os alunos em razão de suas diferenças, como fica evidente nos depoimentos apresentados e analisados neste trabalho.

ESTIGMA, PRECONCEITO, ESTEREÓTIPO E DISCRIMINAÇÃO

Para se compreender o que vem a ser discriminação e como ela se constrói, é necessário antes entender os conceitos de estigma, preconceito e estereótipo que estão na base dos processos discriminatórios desenvolvidos, individualmente, ou por um grupo social contra o diferente ou os diferentes.

ESTIGMA

As relações e interações sociais entre os diversos atores que constituem o coletivo do cotidiano escolar estão permeadas pelos estigmas que a sociedade lhes imputa em razão das marcas que trazem consigo.

Em função disso, as interações sociais entre os indivíduos, quando passam a considerar essas marcas de estigmas, geram preconceitos, estereótipos e discriminações.

De acordo com a explicação de Goffman (2008), o termo estigma que se refere a um sinal ou marca, foi criado pelos gregos na antiga Grécia para designar os sinais corporais com os quais procuravam evidenciar algo de extraordinário ou de mau a respeito do *status* moral de quem os portava. Esses sinais, realizados no corpo das pessoas, tinham a finalidade de indicar se o seu portador era um escravo, um criminoso ou um traidor, marcando a pessoa como poluída e que deveria ser evitada em lugares públicos. Advém daí, portanto, essa conotação negativa do estigma.

O próprio Goffman (2008) esclarece que o advento da Era Cristã acrescentou dois níveis de metáforas ao significado de estigma: um religioso que diz respeito aos sinais corporais (ao indicar a manifestação da graça divina na forma de flores em erupção sobre a pele) e outro referente à alusão médica a essa conotação religiosa de estigma, ou seja, uma demonstração dos sinais corporais como distúrbio físico.

Ainda de acordo com o autor, atualmente o termo estigma é amplamente utilizado dando a conotação de desgraça do indivíduo, mais do que à sua evidência corporal ou à marca que está presente no corpo.

Melo (1999) afirma que o estigma se constitui como atributo que tem o poder de produzir um amplo descrédito na vida de um sujeito. Além disso, em situações extremadas, comparativamente falando, passa a ser nomeado como um defeito, falha ou desvantagem em relação ao outro. Isso se torna uma discrepância entre aquilo que se espera socialmente do sujeito (a chamada normalidade) e aquilo que ele realmente representa (a anormalidade ou aquém dos padrões ditados pela sociedade ou por um grupo social).

É importante esclarecer que, segundo Goffman (2008), o estigma relacionado diretamente aos atributos refere-se àqueles profundamente depreciativos, pois que está inserido na linguagem de relações sociais e não na dos atributos pura e simplesmente. Assim, um atributo que pode ser depreciativo em um dado momento ou condição cultural, poderá estar confirmando a normalidade em outro.

Goffman (2008) entende que existem três tipos de estigma nitidamente diferentes e que estão interligados: a) às abominações do corpo – referentes às várias deformações físicas; b) às culpas de caráter individual – que correspondem à força de vontade fraca, paixões muito fortes ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, tais como, “[...] distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical” (GOFFMAN, 2008, p.14); c) aos estigmas tribais de raça, nação e religião – os quais podem ser relacionados todos àqueles “[...] que podem ser transmitidos por meio da linhagem e contaminar igualmente todos os membros de uma família” (GOFFMAN, 2008, p.14).

Crocker, Major e Steele (1998) classificam os estigmas em duas dimensões de fundamental importância para a compreensão da experiência subjetiva dos indivíduos estigmatizados: a *visibilidade* (ou ocultabilidade) e a *controlabilidade*.

Sob a dimensão visibilidade, Crocker, Major e Steele (1998) classificam aqueles estigmas que são visíveis a todos, como raça, sexo, obesidade, ou as condições desfigurantes, ou seja, todos aqueles que não podem ser facilmente escondidos dos outros. Em razão da visibilidade, os indivíduos que são estigmatizados não podem se utilizar da ocultação do estigma como forma de lidar com os estereótipos, preconceitos e perseguições desencadeados por suas marcas.

Pessoas com estigmas escamoteáveis, por outro lado, tais como a homossexualidade, as afiliações religiosas estigmatizadas, ou algumas doenças que lhes imputam sinais, têm um conjunto diferente de preocupações, porque o seu estigma não é visível, eles podem interagir com os outros sem que a sua identidade social se torne negativa. Contudo, estão conscientes

de que podem ser estigmatizados caso seus atributos sejam postos a descoberto. Assim, em alguns momentos, eles tentam averiguar as atitudes dos outros em relação a sua condição estigmatizante e prever como os outros vão reagir se e quando a marca que lhes distingue for revelada.

Na dimensão controlabilidade, Crocker, Major e Steele (1998) inserem os sinais nascidos a partir de circunstâncias estigmatizantes que poderiam ser controláveis, quando o indivíduo estigmatizado é o responsável por essa condição ou quando os resultados da condição podem ser eliminados pelo seu comportamento. Os indivíduos com esses tipos de estigmas, que poderiam ser controlados, são mais depreciados, rejeitados e maltratados pela sociedade do que aqueles com estigmas que são considerados incontroláveis. O exemplo típico é a intolerância e antipatia relacionadas às pessoas obesas, por se acreditar que podem, por sua própria vontade terem controlado seu peso. Aqueles indivíduos com estigmas percebidos como incontroláveis poderão receber menos rejeição e menos preconceito por parte da sociedade, por exemplo: gênero, raça e alguns tipos de doenças.

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

O preconceito está na base dos estereótipos, mas não se confunde com eles. Todavia influencia-os, bem como, aos processos de discriminação desencadeados contra indivíduos ou grupos de indivíduos.

A respeito do preconceito, Souza (2008) diz ser importante compreender que o termo tem na sua raiz a palavra prejuízo, que por sua vez deriva da palavra *praejudicium*, que passou por três transformações: inicialmente, tinha para os antigos o significado de precedente, ou juízo que se formava a partir das experiências e decisões desenvolvidas previamente; em seguida assumiu, no inglês, o significado de juízo prematuro formado antes da devida análise, exame ou consideração do fato; por último, passou a adquirir uma matriz de cunho emocional em que o juízo prévio que é formado está ligado a um estado favorável ou desfavorável. Com base nessas considerações, Souza (2008, p.35) define que “[...] ter preconceito é pensar mal das outras pessoas sem motivo suficiente, ou ainda, estar seguro de algo que não se sabe”.

Allport (1968) coloca que o preconceito não tem uma causa, é não singular, podendo apresentar causas múltiplas, porém em qualquer situação, será sempre negativo. Ele irá acontecer a partir do endogrupo, formado pela família, grupo religioso, amigos etc., grupos próximos que trazem referenciais significativos para as pessoas e vitais para sua sobrevivência e como comparativo para com o exogrupo, que passa a ser tratado como um inimigo natural por representar o contraste ao endogrupo em termos de valores, costumes, formas de pensar etc. O exogrupo passa a ser julgado como diferente e não pertencente ao seu grupo de origem que precisa ser combatido, não necessariamente destruído, apesar de que em razão da generalização, uma característica inerente ao preconceito, o povo alemão realizou o holocausto contra o povo judeu.

Bobbio (2002, p.103) especifica o preconceito como sendo:

[...] uma opinião ou conjunto de opiniões, às vezes até mesmo uma doutrina completa, que é acolhida acriticamente e passivamente pela tradição, pelo costume ou por uma autoridade de quem aceitamos as ordens sem discussão, ‘acriticamente’ e ‘passivamente’, na medida em que aceitamos sem verificá-la, por inércia, respeito ou temor, e a aceitamos com tanta força que resiste a qualquer refutação racional, vale dizer, a qualquer refutação feita com base em argumentos racionais. Por isso se diz corretamente que o preconceito pertence à esfera do não racional, ao conjunto das crenças que não nascem do raciocínio e escapam de qualquer refutação fundada num raciocínio.

Fica evidente, pela consideração desse autor (2002), que o preconceito é algo irracional, que foge a qualquer justificativa plausível de raciocínio por estar baseado na paixão e na visão enviesada de mundo que um determinado indivíduo possui.

O pensamento de Bobbio (2002) se completa com o de Allport (1968), que indica ser o preconceito inerente a qualquer ser humano estando, dessa forma, presente em sua estrutura mental como um julgamento que constrói a respeito de uma determinada coisa que envolve as pessoas com as quais acaba tendo interações sociais no seu cotidiano.

A partir de comparações que são estabelecidas entre o que um indivíduo julga ser o ideal e o não ideal, desencadeiam-se processos de discriminação que nada mais são, segundo Allport (1968), que a efetivação, na prática, do preconceito de um indivíduo para outro, de um indivíduo para um grupo. Por exemplo, uma pessoa que tem preconceitos contra jovens poderá discriminar uma pessoa em específico ou um grupo de jovens, baseando-se em suas considerações mentais.

Segundo Allport (1968), existem cinco graus de crescente hostilidade referentes à ação negativa: 1) falar mal de uma pessoa (que pode não ter uma ação direta); 2) evitar o contato com o outro (ignorar o outro); 3) cometer um ato de discriminação (ação que exclui visivelmente e é palpável, o que leva à segregação); 4) atacar fisicamente o outro (ataque seguido de violência ou semiviolência); 5) exterminar o outro (linchamentos, matanças, genocídios).

ESTEREÓTIPOS

Dando suporte aos estigmas e adicionados aos atributos, como entende Goffman (2008), estão os estereótipos. Na visão de Gestoso (1993), nas ciências sociais a palavra estereótipo também guarda relação com sua origem na tipografia. Isso implica em que qualquer coisa que se repita de maneira sistemática, sem variação, torna-se um estereótipo.

Pereira (2002) compreende que os estereótipos surgem em diferentes tipos de contextos para cumprir várias funções que guardam relações com as características particulares de seu surgimento, tais como: responder aos fatores ambientais que lhe induzem, como em situações conflitantes entre grupos, nas diferenças relacionadas ao poder e aos papéis sociais, para justificar posições de *status* que são ocupadas e para atender às necessidades da identidade social dos indivíduos. Há de se entender, conforme explica Pereira (2002), que os estereótipos surgem a partir de uma perspectiva multidimensional composta de fatores que lhes conferem as condições de caracterização. Dentre os mais importantes, estão o consenso, a homogeneidade, a distintividade e os fatores descritivos e avaliativos.

Pereira (2002) indica que o processo de estereotipização é de cunho estritamente individual, porém os estereótipos são os produtos que passam a ser compartilhados de forma ampla e *consensual* no interior de um dado grupo social. Conjuntamente a *homogeneidade* confere a estes clichês a condição de suficiência para caracterizar um determinado grupo em relação ao outro com base em traços e características significativas semelhantes entre os seus membros. Ao mesmo tempo em que essas características são compartilhadas entre os membros de um grupo, elas têm que ser distintas em relação ao outro grupo, de maneira a diferenciá-los quando em comparação, o que lhes confere a característica de *distintividade* do estereótipo.

Mesmo não se igualando aos preconceitos, os rótulos estereotipantes têm uma quarta característica, a qual diz respeito aos seus *elementos descritivos* e *avaliativos*, que estão relacionados à utilização de clichês para descrever e avaliar os comportamentos e os traços de um determinado grupo social, ou para se referir aos atributos positivos ou negativos de uma determinada categoria social como o paulista, o baiano, etc. (PEREIRA, 2002).

Oliveira (2002) explica que os estereótipos funcionariam como um padrão de imagens e significados desenvolvidos pelos indivíduos para interpretar o comportamento dos integrantes do outro grupo, classificá-los e acentuar a diversidade existente entre eles.

Há que se considerar que duas noções traçam caminhos que não são excludentes, mas podem ser complementares. A noção microanalítica, ou individualista: que entende serem os estereótipos criados no nível intrapessoal a partir de crenças estereotipadas que surgem com o passar dos anos e são repetidas entre os membros dos diversos grupos, influenciando-lhes os níveis de respostas que serão direcionadas ao grupo alvo em futuros encontros (PEREIRA, 2002). A noção macroanalítica, ou coletiva: que compreende os estereótipos como crenças compartilhadas com determinada sociedade e que passam a ser considerados como um repositório em que as crenças são armazenadas como informações públicas compartilhadas pela ampla maioria dos membros daquela sociedade sobre determinados grupos sociais. Assim, os estereótipos seriam parte do conhecimento coletivo de uma dada sociedade, pois geram efeitos consideráveis na manifestação de comportamentos sociais, devendo ser considerados quando se procura entender mais a fundo sobre um processo de estereotipização (PEREIRA, 2002).

Allport (1968, p.215) propõe que os estereótipos teriam uma função cognitiva em relação aos preconceitos: “[...] um estereótipo é uma crença exagerada associada com uma categoria. Sua função é justificar (racionalizar) nossa conduta em relação a essa categoria”. Sob essa forma de ver a base do estereótipo seria o preconceito – como um comportamento de conteúdo emocional de cunho afetivo. Na sequência, o estereótipo teria a função de justificar as imagens geradas pelo preconceito.

ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS

Os depoimentos a seguir analisados, com vistas a apresentar as modalidades de discriminação presentes no cotidiano escolar, foram escolhidos a partir dos livros de registros das ações negativas decorrentes do processo de interação entre os membros da comunidade escolar interna (alunos, professores e funcionários), como já foi explicado. Retratam como são construídas as relações e interações, em um processo dinâmico, que possibilita eclodir a discriminação entre os indivíduos e grupos sociais que estão presentes nessa escola.

Três alunos do 7º ano foram orientados a respeito dos apelidos e brincadeiras preconceituosas que vinham realizando contra uma aluna, em razão de ser morena e pobre. Essa aluna estava se sentindo muito humilhada, faltando às aulas constantemente e manifestava desejo de parar de frequentar a escola em função do comportamento desses meninos (Livro de Atas do Colégio – Setembro de 2012).

Um aluno do 6º ano cantava de forma jocosa e emitia palavras ofensivas, as quais a funcionária que servia lanches para os alunos entendeu serem lhes direcionadas, em razão da sua cor, tais como: negra do sovaco fedorento e outros. O aluno advertido e orientado sobre as questões advindas do preconceito racial (Livro de Atas do Colégio – Setembro de 2012).

O comportamento dos três alunos, com relação à colega de escola, indica o preconceito que passou a ser compartilhado entre eles relacionado à raça, etnia e condição social. Pereira (2002) explica que o processo de discriminação inicialmente é individual, mas que, ao ser compartilhado, pode se tornar grupal. Não são poucos os alunos bem pobres que frequentam a escola e por conta disso sofrem com ações preconceituosas dos demais. Isso demonstra que a pobreza é base da discriminação, mesmo em uma comunidade em que a grande maioria dos alunos são oriundos de famílias de classes C, D e E, se for considerada a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, também

existe a questão do racismo presente nessa escola, como fica patente no segundo registro em que um aluno demonstra atitudes racistas para com a funcionária. Não é a primeira vez que alunos são advertidos por conta de desenvolverem ações de cunho racista. Isso denota que apesar de ter sido trabalhado com eles conteúdos a respeito de raça e etnicidade, de acordo com a Lei Federal 11.645/2008, bem como de Direitos Humanos, presentes nos DCNEs de 2013, os padrões de preconceito lhes permanecem arraigados. Isso demonstra que o preconceito racial presente nessa escola possivelmente advém da condição da grande maioria dos alunos serem brancos, em função da escola estar próxima a duas colônias de poloneses, incluindo-se, ainda, uma grande quantidade de poloneses que formam a comunidade de entorno da escola.

Mãe informa que seu filho, aluno do 6º ano vinha demonstrando queda de rendimento escolar em razão da baixa estima advinda das brincadeiras ofensivas que os seus colegas lhe direcionavam, chamando-o de gordo (Ficha Individual do Aluno – Outubro de 2013).

Um aluno do 7º ano entrou em luta corporal com outros alunos do 8º ano por não suportar mais as ofensas que estes lhe dirigiam, mediante provocações lhes destinadas há meses simplesmente por ter o cabelo comprido e estar acima do peso (Ficha Individual do Aluno – Outubro de 2013).

A mãe de um aluno do 7º ano solicitou providencias do Colégio com relação às ofensas que seu filho sofre, de um colega da turma que constantemente lhe chama de gordo e outros termos ofensivos. Além disso, relatou que o ofensor com a desculpa de cumprimentar seu filho, aproxima-se deste e golpeia-lhe o abdome agressivamente (Livro de Atas do Colégio – Junho de 2013).

A situação de discriminação por obesidade entre os alunos vem se tornando cada vez mais presente no cotidiano escolar. Situações como essa se tornarão mais corriqueiras, se for considerado que a obesidade tem se tornado um fenômeno de ordem mundial, pois já são mais de 300 milhões de pessoas obesas em todo o mundo. A grande maioria da população global está acima do peso, o que lhe confere *status* de problema de saúde mundial. Nesse contexto, o Brasil se encontra entre os quatro países que apresentaram o mais rápido crescimento do sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes nos últimos anos (SABINO *et. al.* 2006, p.3).

A discriminação direcionada aos colegas, nascida do preconceito contra a obesidade e presente nos registros acima, confirma o que expõe Lindgren, (1982 *apud* SABINO *et. al.* 2006) de que a discriminação na escola é um processo sensível, pois que se faz a partir da rejeição e dos tormentos incessantes que os colegas lançam contra o indivíduo discriminado. Tal situação influencia, sobremaneira, na saúde emocional da criança, que está diretamente ligada ao grau de aceitação que recebe dos outros.

Aluno chegou na sala da equipe pedagógica transtornado e chorando em razão de que uma colega de turma, após discussão, chamou-lhe pelos termos ofensivos de “gazela” e “mão torta” numa referência direta a tratá-lo como homossexual, situação confirmada pela agressora quando questionada (Ficha Individual do Aluno – Março de 2014).

Como indica Carrara (2009), em situações bem cotidianas, se um adolescente manifestar qualquer sinal contrário àqueles característicos do “macho”, logo aparecerá alguém lhe chamando de *mulherzinha* ou de *mariquinha*, em um mesmo momento articulando-se a discriminação também contra as mulheres. Na situação em análise, a discriminação parte de uma menina, uma mulher, contra um jovem, simplesmente porque o menino é mais educado e mais refinado no seu jeito de ser.

Nas palavras de Carrara (2009, p.13), “[...] o sofrimento que emerge dessa situação para adolescentes de ambos os sexos talvez só possa ser realmente avaliado por aqueles/as que foram submetidos/as a tais processos de estigmatização e marginalização”.

O processo de estigmatização contra homossexuais nessa escola já aconteceu outras vezes, não somente contra meninos, também contra meninas. Mesmo sob uma condição atual de constante debate sobre o respeito à diversidade, o preconceito contra a opção sexual ainda perdura, mesmo entre os jovens.

CONCLUSÃO

Ao longo do presente trabalho, foi apresentado como se desenvolve o processo de discriminação entre alunos de um colégio de ensino básico, localizado em Ponta Grossa, Paraná. Inicialmente discutiu-se a questão da diversidade e da diferença no âmbito da educação como discurso proeminente que vem se fazendo cada vez mais presente, mas que pelo visto não tem conseguido dar conta dos preconceitos ainda enraizados dos alunos, que no convívio social da escola, passam a expô-los contundentemente a partir da discriminação lançada contra seus iguais. Em seguida, o aparato teórico apresentado possibilitou entender onde se localiza o preconceito e o porquê do desenvolvimento do processo de discriminação. Ora, o preconceito é algo inerente ao aspecto afetivo de um indivíduo, não racional mediante o qual ele procura, na verdade, se defender atacando mentalmente aquele que julga diferente de si ou do grupo social ao qual pertence.

Geralmente o que leva um sujeito a elaborar o preconceito em suas estruturas cognitivas e afetivas é o estigma, qualificativo social imputado a um indivíduo ou a um grupo de indivíduos que têm uma marca ou atributo, com relação ao seu físico e intelecto ou, ainda, uma marca social. Consequentemente, ele desenvolve estereótipos para categorizar as pessoas com determinado estigma e, além disso, justificar racionalmente o preconceito. Tais estereótipos, inicialmente individuais quando ainda estão internalizados, passam a ser coletivos quando são compartilhados como estratégias de menosprezar ou desmerecer um grupo rival. Exemplo disso são os estereótipos contra as mulheres, os jovens, os idosos, as pessoas obesas, os nordestinos, os *nerds*, etc.

Acompanhando e finalizando todo esse processo, encontra-se a discriminação, que nada mais é do que a efetivação de práticas vexatórias ou agressivas tendo como base o preconceito enraizado e obtuso de um indivíduo ou de um grupo a respeito de uma determinada categoria considerada (sexismo, racismo, ageísmo, homossexualismo, etc.). Um processo de discriminação aguda pode desencadear a eliminação daqueles que são discriminados pela condição de não estarem de acordo com determinados padrões eleitos como normais para uma dada sociedade.

Mais precisamente entre os jovens do colégio estudado, verifica-se que as mudanças propostas na legislação sobre uma educação com base na diversidade e na diferença ainda não surtiram efeito. Além disso, ressalta-se que o público dessa escola é oriundo, em sua maioria, de uma comunidade de base carente, na qual são encontrados vários problemas sociais que incidem na desestruturação familiar. Isso se reflete nos atos de violência presentes no cotidiano escolar, dentre os quais a discriminação é apenas mais um. Como nuances da discriminação, o que mais se nota é a presença daquela contra a obesidade. Essa é uma situação difícil pela qual passa o obeso, pois aqueles que o discriminam geralmente o olham na condição de estar acima do peso por relaxo, ou aquilo que Crocker, Major e Steele (1998) classificam na dimensão controlabilidade do estigma da obesidade: caberia ao obeso controlar sua condição e o não faria por desleixo.

Portanto, muito ainda deverá ser feito para que se consiga alcançar o que se espera em termos de uma educação para a diversidade e diferença, bem como para a inclusão, presente

na Lei nº 11.645/2008, no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), implantado pelo Decreto Federal nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 e alterado pelo Decreto Federal nº 7.177, de 12 de maio de 2010; no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos implantado em 2006 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica de 2013, no que tange à educação para a diversidade, diferença e direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. *Trabalhando a diferença na educação infantil*. São Paulo: Moderna, 2006.

ALLPORT, G. W. *La naturaleza del prejuicio*. 3 Ed. EUDEBA, 1968.

BOBBIO, N. *O elogio da serenidade: e outros escritos morais*. São Paulo: UNESP, 2002.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Ministério da Educação Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Diretrizes Curriculares. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica> Acesso em: mar. 2014.

_____. *Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009*. Implanta o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm> Acesso em: mar. 2014.

_____. *Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010*. Altera o Anexo do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7177.htm> Acesso em: mar. 2014.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: mar. 2014.

_____. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso em: mar. 2014.

_____. *Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em: mar. 2014.

_____. *Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009*. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/112061.htm> Acesso em: mar. 2014.

_____. *Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)*. 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>> Acesso em: mar. 2014.

CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais*. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <http://www.fetraece.org.br/images/conteudo/Site_6/genero%20raca%20e%20etnia.pdf> Acesso: mar. 2014.

CROCKER, J.; MAJOR, B. STEELE, C. Social stigma. In: GILBERT D, FISKE S.T; LINDZEY, G. (Eds.). *The handbook of social psychology*. v.2. New York: McGraw-Hill, 1998. pp.504–553.

GESTOSO, J. I. C. (1993). *Los estereotipos sociales: – Facultad de Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/72915333/estereotipos>> Acesso em: mar. 2014.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MELO, Z. M.. Estigmas: a deteriorização da identidade Social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE SOCIEDADE INCLUSIVA, 1999, BELO HORIZONTE/ MG. *Anais do Seminário Internacional sobre Sociedade Inclusiva*, 1999. <<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/estigmas.pdf>> Acesso: mar. 2014.

OLIVEIRA, A. M. R. (2002). Entender o outro (...) exige mais, quando o outro é uma criança: reflexões em torno da alteridade da infância no contexto da educação infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25. Caxambú. *Anais...* Caxambú: ANPED. Disponível em: <http://www.anped.org.br/25/alessandrarotta_oliveirat07.rtf> Acesso em: mar. 2013.

PEREIRA, M. E. *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: EPU, 2002.

SABINO, C. V. S. O preconceito contra o gordo e o consequente sofrimento do jovem: um estudo piloto. In. *Anais...* IV Seminário Internacional Sociedade Inclusiva Propostas e ações inclusivas: impasses e avanços. 2006. Belo Horizonte: PUC-MG. Disponível em: <<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/sem4/145.pdf>> Acesso em: mar. 2014.

ELIANA LARA

É pedagoga da Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR), atuando na coordenação pedagógica do Colégio Estadual Padre Carlos Zelesny, da rede pública de ensino do Estado do Paraná, na cidade de Ponta Grossa, PR; especialista em Psicologia da Educação (UEPG) e especialista em Administração e Orientação Educacional (FAPI). Contato:

anaschwab2009@gmail.com.

LUIZ FERNANDO LARA

É professor Adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Campus de Irati, PR, junto ao curso de Administração; professor do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) da Universidade Estadual do Centro-Oeste; Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP). Contato: lflara2010@gmail.com.